

Von Martius, Varnhagen e Capistrano de Abreu sob o escrutínio de Alice Piffer Canabrava

 Otávio Erbereli Júnior*

Resumo: Através de três textos oriundos de apresentações em congressos científicos de Alice Piffer Canabrava (1911-2003), procuramos examinar um momento específico da trajetória intelectual dessa historiadora: a análise historiográfica das obras de Martius, Varnhagen e Capistrano. Para tanto, remontamo-nos ao período formativo da autora (1935-1937) no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e também sua posterior ambientação institucional: a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP. Para operar essa análise, mobilizamos importantes autores brasileiros dos campos da história da historiografia e história intelectual.

Palavras-chave: Alice Piffer Canabrava, história intelectual, história da historiografia brasileira.

Von Martius, Varnhagen and Capistrano de Abreu under Alice Piffer Canabrava's scrutiny

Abstract: Through three Alice Piffer Canabrava's (1911-2003) texts we search to analyze a specific moment of this historian's trajectory: the historiographical analysis of Martius', Varnhagen's and Capistrano's works. For both, we revamp to the formative period of the author (1935-1937) on the Geography's and History's graduate of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters (FFCL) of São Paulo University (USP) and too her further institutional setting: the Faculty of Administration and Economics Sciences (FCEA) of USP. To operate this analysis, we mobilized important Brazilian authors from the fields of history of historiography and intellectual history.

Keywords: Alice Piffer Canabrava, intellectual history, history of brazilian historiography.

* Dr. em História Econômica (FFLCH/USP). Realiza estágio de pesquisa pós-doutoral no IEB/USP e no Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani" (FFyL/UBA). E-mail: oerberelijr@usp.br



Introdução

Alice Piffer Canabrava foi normalista da Escola Caetano de Campos na Praça da República em São Paulo. Professora de escola primária em Araras/SP e comissionada para o curso de Geografia e História da FFCL/USP na segunda turma da V subseção de Geografia e História da II seção de Ciências (1935). Assistente da cadeira de História da Civilização Americana sob a regência de Paul Vanorden Shaw, proveniente da Universidade de Columbia, desde 1938. Doutora em Ciências em 1942 com tese na área de História Econômica (Canabrava, 1944) e excepcional recepção da crítica nacional e internacional (Braudel, 1948; Bittencourt, 1945). Livre-docente em Ciências pela FFCL/USP em 1946 (Canabrava, 1981), também com tese amplamente elogiada (Godinho, 1948; Holanda, 2004; Holanda, 2008). Primeira mulher a atingir a condição de catedrática na USP, com tese apresentada na Cadeira X de História Econômica da FCEA/USP em 1951 (Canabrava, 2011). Uma das fundadoras da Associação dos Professores Universitários de História (APUH) na cidade de Marília/SP em 1961. Foi sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde 1975. Fundadora do periódico *Revista Brasileira de História* em 1981, data de sua aposentadoria na atual Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP. Em 1985 foi eleita professora emérita da FEA/USP. Estes são os principais caminhos percorridos da historiadora Alice Piffer Canabrava. Uma trajetória sem dúvida, notória e vitoriosa (Erbereli Júnior, 2019).

Nosso intento aqui é trazer à discussão um aspecto dessa trajetória em que Alice Canabrava se dedicou à análise da historiografia brasileira, particularmente do viajante-naturalista bávaro Friedrich Von Martius, de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, e do historiador cearense João Capistrano de Abreu. Para tanto, focamo-nos em três textos, todos eles provenientes de falas de Canabrava em eventos científicos. O primeiro deles é uma comunicação por ocasião da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ocorrida em Curitiba/PR no ano de 1971 (Canabrava, 1971); o segundo, na abertura dos trabalhos da sessão de História do "Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros", ocorrido em 1971 no Instituto de Estudos Brasileiros

(IEB) (Canabrava, 1972). Por fim, o texto proveniente da conferência de Alice Canabrava no “III Encontro de Estudos Teuto-brasileiros” de 1974 (Canabrava, 2005).

Procuramos demonstrar que o conhecimento sobre esses autores se deu ao longo da graduação de Canabrava, ou seja, entre 1935 e 1937, através das cadeiras da subseção de Geografia e História da FFCL/USP. Dessa maneira, este lugar, assim como a FCEA, são importantes para a compreensão da análise historiográfica da autora. Ademais, destacamos a análise pioneira da historiadora em relação à apropriação por Capistrano de Abreu de uma tradição de estudos da ciência econômica alemã.

À medida que formos percorrendo os comentários de Alice às obras de Martius, Varnhagen e Capistrano, poderemos também evidenciar algumas noções de história e documento da historiadora, bem como sua compreensão da obra de Capistrano e como ela utilizou os relatos de viagem em comparação à Varnhagen e Capistrano. Partiremos dos relatos de viagem pelo fato de que eles foram uma das fontes privilegiadas por Alice Canabrava.

Em viagem com Martius, Varnhagen e Capistrano

A viagem teve papel fundamental na constituição de várias ciências, como a geografia e a etnografia. O estar *in loco* era fundamental para os geógrafos de orientação vidaliana; este olhar diferenciado do geógrafo. A questão da viagem sempre esteve presente na historiografia brasileira, desde a monografia de Karl Friedrich Philipp Von Martius “Como se deve escrever a História do Brasil”, de 1843, premiada no concurso do IHGB. O fato de ter estado no Brasil e tê-lo visto foi o que autorizou Von Martius em sua proposta de escrita da História do Brasil. “O ter visto e o ter estado no Brasil asseguram-lhe as condições de produção do seu texto, reafirmando o sentido implícito no termo ‘história’ em que o ver é a condição para o saber” (Guimarães, 2000). É exatamente este o procedimento recomendado por Von Martius ao historiador que iria concretizar seu plano monográfico: é necessário que percorra o território nacional e veja.

Para tal trabalho, segundo certas divisões gerais do Brasil, parece-me **indispensável que o historiador tivesse visto** [grifos nossos] esses países, que tivesse **penetrado com os seus próprios olhos** as particularidades da sua natureza e

população. Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita; e colocá-los em um verdadeiro nexó pragmático para com os acontecimentos na vizinhança. Quão diferente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e por conseguinte outras conjunturas históricas (Martius, 1991: 53).

Alice Canabrava também tratou deste texto de Von Martius. Em "Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu", a pesquisadora, ao abordar Varnhagen, resgata aquele texto fundador de Von Martius. Nesta palestra, ela aponta Von Martius como o mais importante dos viajantes-cientistas alemães¹, referindo-o também como pai da etnografia brasileira. Este tipo de literatura, para ela, teria contribuído para o desenvolvimento científico brasileiro e se tornado uma fonte "clássica" para a historiografia.

A referência de Von Martius nos leva à literatura dos cientistas-viajantes alemães, de grande importância no desenvolvimento científico brasileiro. As obras dos etnólogos, dos geógrafos, dos exploradores, dos naturalistas alemães de modo geral, trouxeram uma contribuição que os incorporou muitas vezes, não apenas no campo científico da especialidade mas, em grande número de casos, tornou-se clássica como fonte para a nossa História (Canabrava, 2005: 252).

Mesmo que ela não tenha mobilizado nenhum trabalho de Martius em seus escritos enquanto fonte, seu conhecimento acerca desse cientista-viajante pode ser creditado a seus anos iniciais de formação, principalmente através das disciplinas Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani e História da Civilização Brasileira. Em seu texto reflexivo acerca do estado de coisas dos estudos etnográficos no Brasil por conta da inauguração da cadeira de Etnografia, Plínio Ayrosa se ressentiu do fato de que no Brasil não havia nenhum estudo que pudesse ser tomado por etnográfico. Segundo sua avaliação, o pouco que foi empreendido até aquele momento de 1934 poderia ser creditado a estrangeiros, como Von Martius.

Ninguém duvida do valor da literatura, principalmente estrangeira, relativa a nossos aspectos etnográficos; não se pode negar a existência de grande acervo de trabalhos dignos da maior admiração, publicados no Brasil por notáveis e quase heróicos pesquisadores que, felizmente, se veem sucedendo

¹ Sobre relatos de viagens, ver os trabalhos de Karen Lisboa (1997; 2011).

com coragem no alargamento da vereda balizada às pressas pelo gênio incomparável de Martius (Ayrosa, 1937: 132).

Em seu texto inaugural da cadeira de História da Civilização Brasileira de 1934, Taunay destaca como importantes fontes para a escrita de uma história da civilização brasileira os relatos de viagem, dentre eles os relatos de Von Martius e de Spix, seu companheiro de viagens.

E muitos relatos de viajantes, e de observadores estrangeiros, nem sequer estão traduzidos para idiomas mais acessíveis aos brasileiros, como por exemplo o francês. A contribuição alemã, tão extensa quanto valiosa, ainda se acha inacessível à imensa maioria dos brasileiros, compreendendo, no entanto, obras do maior vulto como as de Spix e Martius, Pohl, Naterrer, Eschwege etc, entre os mais antigos, Tschudi, o príncipe Adalberto da Prússia etc, entre os modernos (Taunay, 1937: 130).

A avaliação historiográfica de Von Martius feita por Alice P. Canabrava em sua palestra é muito próxima do que faria, posteriormente, importante autor da história da historiografia brasileira, Manoel Luiz Salgado Guimarães, quando o campo já se encontrava em caminhos de consolidação. A autora destaca que Von Martius tratou de um leque bastante variado de questões, com um esboço de uma história econômico-social e também de uma história regional:

Avaliado na linguagem científica de nossos dias, o plano de Martius deve ser entendido como precoce mensagem quanto à importância, para o historiador do Brasil, de conhecer as condicionantes sociológicas, antropológicas e culturais na formação histórica, antes que as ciências que lhes definem o contexto se tivessem constituído (Canabrava, 2005: 254).

Na avaliação de Manoel Luiz Salgado Guimarães, o projeto historiográfico de Von Martius também teria transcendido à tradicional historiografia política:

Distante do que se convencionou caracterizar como marcas da historiografia do século XIX, unicamente voltada para o relato dos sucessos políticos, seu projeto historiográfico apresenta uma amplitude maior, vindo a se realizar em muitos textos posteriores da historiografia brasileira e que ainda hoje marcam balizamentos centrais para seu estudo entre nós (Guimarães, 2000).

A experiência da viagem, bem como a mobilização do relato de viagem enquanto fonte para a escrita da história, também esteve presente no

executor do plano de Von Martius: Francisco Adolfo de Varnhagen. Temístocles Cezar, ao analisar a mobilização de Varnhagen dos relatos de viagem do século XVI, em especial, Thevet, Léry, Staden, Gândavo e Soares de Sousa, constata que Varnhagen os utilizava em um sentido de comprovar/provar suas afirmações. “Os relatos aparecem, normalmente, como notas de pé de página com a função de comprovar ou reforçar o argumento do autor” (Cezar, 1999: 40). Em Varnhagen, o poder de observação é uma característica fundamental do viajante. Sem ele, o relato fica totalmente comprometido. “[...] poder de observação, uma regra básica do código científico que preside as informações contidas nos relatos de viagem trabalhados por Varnhagen” (Cezar, 1999: 45) destaca o autor.

Varnhagen não apenas percorreu várias regiões do Brasil e do Mundo por conta de sua carreira diplomática, onde também aproveitava para estar em arquivos e bibliotecas, com o fito de obter subsídios para sua escrita histórica, mas também produziu relatos de viagem. Um destes relatos, intitulado “Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias”, trata-se de manuscrito inédito descoberto pela historiadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães em pesquisa no Arquivo do Instituto Rio Branco (Itamaraty). A pesquisadora encontrou o manuscrito, que deduziu estar incompleto, em um maço correspondente às viagens de Varnhagen pelo Brasil. Guimarães assevera que o caráter inédito do manuscrito deve-se à distração de algum arquivista que o classificou no maço. O manuscrito é um relato de viagem empreendido por Varnhagen após deixar o cargo de embaixador no Peru, gerando certa crise diplomática, rumo aos EUA entre 1º de Setembro, data em que o navio zarpuou de Colón – cidade localizada à direita no istmo do Panamá – e 23 de Setembro de 1867.

Autêntico discípulo de Humboldt, Varnhagen acreditava no valor pedagógico das viagens. Talvez pretendesse conferir *in loco* a reconstrução do país e as transformações que se operavam com o fim recente da Guerra Civil Americana. E, por tabela, poderia averiguar as circunstâncias que levaram os estados confederados à derrota [...] (Guimarães, L. 2013: 118-119).

Em sua tese de doutoramento, por vezes, Alice Canabrava se aproxima do uso do relato de viagem em sua operação historiográfica de modo muito

semelhante ao empreendido por Varnhagen, onde o relato é tomado como estatuto de verdade, não sendo confrontado com nenhuma outra fonte ou bibliografia, apenas afirmando algo sem dar referência e corroborando a afirmação com o relato. “A mesma impressão favorável está registrada no *Diário de Navegação* de Pero Lopes de Sousa” (Canabrava, 1944: 44). Em outra ocasião, o relato de viagem do missionário Tomas Gage é tomado como atestado de verdade, no qual se pode ver com os olhos do outro. “Tomas Gage, o missionário escocês que visitou a cidade por ocasião das feiras, dizia que [...]” (Canabrava, 1944: 22), assim escrevia a autora.

Em reunião da SBPC de 1971, Alice Canabrava proferiu palestra sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. No mesmo ano, abriu os trabalhos da área de História do “Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros”, ocorrido nas dependências do IEB. Tanto em uma ocasião quanto em outra, a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen “História Geral do Brasil” é tomada como “[...] o grande monumento da historiografia do século XIX” (Canabrava, 1972: 6). Alice o aproxima das grandes diretrizes normativas para o ofício de historiador, ligadas ao IHGB, porém demarca ser o indianismo uma exceção.

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), vinculou-se ao Instituto, desde 1840, como sócio correspondente. Sua *História Geral do Brasil* (1854), afastou-se de algumas tendências que marcavam a mentalidade dos homens daquele sodalício, como o indianismo, mas ligou-se aos seus grandes objetivos. É o monumento da historiografia brasileira do século XIX (Canabrava, 1971: 418).

Alice Canabrava tomou conhecimento da obra de Varnhagen a partir do curso de história da civilização brasileira ministrado por Taunay no ano de 1937. Ao comentar a produção historiográfica acerca do movimento bandeirante, Taunay afirmava: “Até mesmo o ilustre Varnhagen bem pouco concedera, das volumosas páginas de sua *História Geral*, ao episódio das bandeiras que muito perfunctoriamente explorou” (Taunay, 1937: 123). Neste mesmo sentido, em seu trabalho sobre as bandeiras, Alice analisa Varnhagen na perspectiva das contribuições do século XIX, que “[...] trataram dos fatos da expansão geográfica como episódios da gestão administrativa dos representantes da Coroa. Essa técnica foi geralmente

adotada nas obras sobre a história geral do Brasil. Varnhagen, e mais resumidamente Rio Branco, fizeram a enumeração cronológica das expedições mais conhecidas” (Canabrava, 1944a: 12).

A constatação de Canabrava de que Varnhagen teria se afastado do indianismo seria corroborada anos mais tarde por Temístocles Cezar. Contudo, nem por isso poderia ser tomado por antirromântico. “Antirromântico? No início da sua trajetória intelectual, com certeza, não. Suas relações com Alexandre Herculano e a colaboração com o *Panorama* são indicadores seguros” (Cezar, 2007: 162). Alice também o aproxima de Alexandre Herculano. “[...] não se poderia deixar de considerar, em estudo mais profundo, a autoridade de Alexandre Herculano, também muito influenciado pelo pensamento alemão, fundador da historiografia moderna portuguesa, com quem Varnhagen manteve estreitas relações” (Canabrava, 2005: 248-249). Em estudo introdutório a um texto de Varnhagen de difícil acesso – haja vista que foi publicado em Viena e em francês – intitulado “A origem turaniana dos americanos tupis-caraíbas e dos antigos egípcios. Indicado pela filologia comparada: traços de uma antiga migração na América, invasão do Brasil pelos tupis etc.” de 1876, Temístocles Cezar, em uma chave de leitura inspirada em François Hartog, problematiza a questão do indígena para Varnhagen na perspectiva das relações entre antigos, modernos e selvagens. Segundo ele, poderíamos conceber, de certa forma, dois “Varnhagens” em relação à questão do indígena no Brasil. O primeiro seria aquele Varnhagen traumatizado por conta de uma experiência mal sucedida, na qual foi ameaçado por índios em 1840.

Logo, desde os anos 1840, Varnhagen começa uma verdadeira operação de desmonte dos argumentos indianistas: sobretudo de que os indígenas teriam direito de posse ao território americano por serem nativos à época da chegada do europeu. Para tanto, era necessário estudá-los, conhecê-los, saber quem eram e como chegaram aqui (Cezar, 2013: 328).

Dessa maneira, no início de sua carreira seria declaradamente anti-indianista. Isso se expressa em várias passagens de sua “História Geral do Brasil”. Contudo, já no final de sua jornada, Varnhagen havia questionado a problemática indígena na história da nação.

Para Varnhagen, entretanto, em 1877, os índios poderiam ser os figurantes iniciais de sua história sem problema algum,

mesmo sabendo-se que a lógica da concessão não é um traço marcante da sua personalidade. É que, desde 1876, o historiador, então visconde de Porto Seguro, acreditava ter finalmente resolvido o problema da origem dos índios brasileiros (Cezar, 2013: 326).

Sendo assim, ao final de sua vida, não mais seria um anti-indianista, tampouco um indianista *strictu sensu*. O que o aproxima do romantismo tanto para Alice Canabrava quanto para Temístocles Cezar é a preocupação com a tradição nacional.

Quanto ao método empregado por Varnhagen, a historiadora o aproxima de Leopold Von Ranke, como é possível ler no trecho seguinte:

Conhecemos pouco a formação intelectual de Varnhagen, a não ser o treinamento como autodidata, na experiência de longos anos, junto aos arquivos. Raros são os autores estrangeiros citados em suas cartas. Sua preocupação e maestria quanto à exegese documental parecem revelar a influência de Ranke (1795-1885) (Canabrava, 1971: 418).

O diagnóstico de Temístocles Cezar quanto à “influência” de Ranke na obra de Varnhagen cabe no caso de Alice Canabrava: muito mais se aponta do que se comprova tal contato. Cezar admite apenas um ponto de contato entre ambos: “o gosto pelo arquivo” (Cezar, 2007: 170). Para ele, não seria possível enquadrar Varnhagen em nenhuma escola historiográfica, pois sua prática apresentou variados elementos caros aos oitocentos, como “[...] aquela do estabelecimento da verdade histórica por meio do trabalho nos arquivos, da busca de documentos originais, da objetividade narrativa e da imparcialidade do historiador” (Cezar, 2007: 161). Alice já havia apontado para o “amor à verdade” em Varnhagen.

Para o autor da *História Geral*, o material básico com que se escreve a História são os fatos que os documentos registraram, “os fatos mais importantes” afirma o historiador paulista, descritos “com exatidão e clareza”, e sem afastar-se do amor à verdade, como bússola, a sobrepujar “crenças e ilusões”. Esta verdade é a verdade dos fatos, assentada nas provas documentais, que deve conduzir a uma “história sisuda e imparcialmente escrita” (Canabrava, 2005: 250).

Outro ponto de aproximação entre Ranke e Varnhagen demarcado por Alice diz respeito ao predomínio de uma história factual e político-administrativa. “É uma história político-administrativa, caráter dominante nas obras de Ranke e de outros autores de sua época” (Canabrava, 2005: 251-

252). A exegese documental é outro ponto de aproximação demarcado pela historiadora. “A preocupação e a maestria quanto à exegese documental nos sugerem desde logo a influência de Leopold Von Ranke (1795-1886)” (Canabrava, 2005: 247). Não à toa, Varnhagen foi o que deu autenticidade à autoria de vários textos. O primeiro destes textos, como demarcado por Canabrava, é de autoria de Gabriel Soares de Souza.

Para ela, “A *História Geral* se filia à História Filosófica, inscrita entre os objetivos do Instituto, ou seja, aquela que deve ser dominada pelo pensamento científico, pela soberania da razão” (Canabrava, 1971: 419). Segundo Arno Wehling, Varnhagen se considerava “adepto de uma *história filosófica*” (Wehling *apud* Cezar, 2007: 195). Por isso, para Alice Canabrava a história em Varnhagen é “mestra da vida, serve ao presente e ao futuro” (Canabrava, 2005: 251).

Neste regime antigo de historicidade, a viagem possuía papel fundamental para o ofício de historiador. Neste sentido, o relato de viagem é “uma fonte que viu o que descreve e experimentou o que viu” (Cezar, 2005: 28). É o fato de ter visto com os próprios olhos que dá legitimidade ao relato, o que François Hartog em seu “Evidência da História: o que os historiadores veem” denomina como autópsia. Hartog demonstra o caminho dessa autópsia na Antiguidade e como foi repensada no regime moderno de historicidade. “Para eles [os historiadores modernos], também, a história é uma questão de olhar e de visão: ver em melhores condições, de forma mais abrangente e profunda, além de ver em termos de verdade, trazer à luz o que tinha permanecido invisível, mas também fazer ver” (Hartog, 2011: 15).

Em Capistrano de Abreu, tem-se outro papel para a viagem e o relato de viagem, que o distancia de Martius e Varnhagen. A viagem em Capistrano de Abreu se dá através da leitura, uma vez que ler é ver.

[...] a viagem, em Capistrano, seria outra, distinta daquela do historiador-andarilho, pois não o incitaria a percorrer largas distâncias, a vagar de um espaço a outro. Embora as inúmeras incursões a região centro-sul enfeixem um capítulo significativo em sua biografia, nada as aproximaria do périplo incansável empreendido por Varnhagen – caso paradigmático daquele historiador-viajante que, transpondo fronteiras, *via* a história. Em contrapartida, Capistrano excursionava pelo interior do país, motivado ora pelas circunstâncias oportunas de ser hospedado na casa de amigos, ora pela busca de

ambiente favorável a seus trabalhos de pesquisa. Através dos relatos desses breves deslocamentos, registrados em sua correspondência, é possível recompor os roteiros, nomear os lugares que visitou. Acima de tudo, e onde quer que estivesse, importava-lhe menos cartografar paisagens do que se dedicar inteiramente à leitura (Oliveira, 2006: 25-26).

Alice Canabrava também não é uma historiadora-viajante e sua prática historiográfica se dava através da consulta às fontes e da bibliografia contemporânea, onde os relatos de viagem também eram tomados como seus olhos. Por vezes, os relatos corroboram a bibliografia (Canabrava, 1944: 22-23). Aqui ela se apoia no artigo de Roland Dennis Hussey "Spanish Colonial Trails in Panamá" publicado em 1939 na *Revista de História da América* e no relato do missionário escocês Tomas Gage. Há casos em que o relato é corroborado por documentação oficial (Canabrava, 1944: 60), confirmado por documentos, em uma operação cara à Capistrano.

Entretanto, apesar de todos os esforços despendidos, os resultados foram parciais; os **depoimentos dos contemporâneos** nos **garantem** a diminuição do comércio do porto durante as administrações de Saavedra, mas, por outro lado, os **documentos confirmam** [grifos nossos] que o contrabando continuava nesses períodos, ainda que de forma atenuada (Canabrava, 1944: 78-79).

Em sua palestra acerca de Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu, Alice Canabrava remonta-se aos anos iniciais do trabalho intelectual de Capistrano. "As primeiras manifestações literárias mostram a primazia dos autores franceses e ingleses, e o apego às doutrinas positivistas e evolucionistas" (Canabrava, 2005: 255). Por autores franceses entenda-se Taine e Comte e quanto aos ingleses, Spencer e Buckle. Alguns autores, como Arno Wehling, dividem a obra de Capistrano de Abreu em duas fases. Uma, na qual Capistrano estava sob a "influência" dos evolucionistas e cientificistas e outra, já em contato com a crítica histórica de Ranke (Wehling, 2001: 141-174). Alice Canabrava, à seu modo, também enxerga "dois Capistranos", um ligado ao legado de Varnhagen e outro ao da contribuição das ciências sociais.

Na cronologia de sua vida, João Capistrano de Abreu se coloca entre duas concepções de História: a História como narrativa do empírico, dentro do juízo moral, que tem Varnhagen, no Brasil, seu representante máximo, e a História no quadro das ciências sociais, numa dimensão nova, segundo o caminho apontado em 1900 por Henri Berr (Canabrava, 1971: 423-424).

Neste momento (das “primeiras manifestações literárias”) Capistrano de Abreu ainda estava no Ceará, onde participava de um grupo literário chamado “Academia Francesa”.

Por meio de discursos veiculados na imprensa local, principalmente no jornal *A Fraternidade*, a agremiação visava difundir ideias liberais, promover o desenvolvimento científico e intelectual, propagar a doutrina positivista e fazer conhecer as “leis do progresso”. Seus integrantes se reuniam para discutir os livros em voga na Europa, especialmente os de Taine, Buckle, Comte, Spencer e Darwin (Oliveira, J. 2011: 29).

O grupo se reunia na casa de Raimundo da Rocha Lima, que faleceu muito jovem, ainda aos 23 anos, em 1878. “Naquele mesmo ano, ao escrever o prefácio do livro *Crítica e Literatura* do falecido, Capistrano relembra os tempos da “Academia Francesa” e da “Escola Popular” ao citar diversos autores como Henry Thomas Buckle, Auguste Comte, Herbert Spencer, Hippolyte Adolphe Taine, dentre outros” (Sousa, 2012: 20).

Ao estabelecer uma relação entre Ranke e Capistrano, Canabrava procura sempre ter como parâmetro seu antecessor: Varnhagen. “Tal como em Varnhagen, a exegese documental, que ocupou muito do tempo de Capistrano, parece inspirar-se em Ranke, na escola histórica alemã” (Canabrava, 1971: 420). No mesmo ano, ela afirma em relação à Capistrano que

[...] suas obras revelam a preocupação fundamental de determinar os fatos com base na autenticidade das fontes. Deste modo, Capistrano de Abreu como seus seguidores, deram continuidade ao empirismo como método de trabalho intelectual, mantendo a tradição firmada por Varnhagen (Canabrava, 1972: 65).

O que Alice Canabrava denomina de “historiografia empírica” diz respeito à historiografia brasileira da metade do século XIX até Capistrano de Abreu, sendo este último o elo entre aquela historiografia e a historiografia surgida sob os auspícios da universidade. Esta historiografia empírica é marcada por sua estreita relação com as ciências naturais e pelo “apego documental”. Em sua palestra de 1974, a autora caracteriza Capistrano também como continuador de Varnhagen e vinculado à escola histórica alemã. “[...] Capistrano de Abreu foi um continuador de Varnhagen, quando

o apreciamos sob um aspecto, a técnica e a problemática da pesquisa documental. É um discípulo da escola histórica alemã” (Canabrava, 2005: 256). O tratamento documental de Capistrano de Abreu pode ser tomado como um exercício que seu amigo geólogo, Orville Derby, denominou de “geologia da lama”. Para Capistrano, a leitura do documento também se daria em camadas, indo de um todo homogêneo, para suas partes mais profundas, onde teríamos a heterogeneidade. “E Capistrano associava essa “geologia da lama” aos procedimentos de pesquisa propostos pela historiografia alemã. Concordava com as proposições de Leopold Von Ranke, ainda que ele não fosse seu favorito” (Gontijo, 2013: 297). O projeto de Capistrano de Abreu de escrever uma história definitiva do Brasil, superando Varnhagen, não se concretizou exatamente pelo fato de que, em sua compreensão, sempre faltava algum documento, tamanho seu “apego documental” (Gontijo, 2013: 300). Talvez, por isso, ainda em 1944, Alice Canabrava tenha afirmado acerca de Capistrano de Abreu que “[...] em virtude do culto estrito da documentação, da minúcia erudita, da tendência para os problemas de detalhe, [...] tendeu para a transcrição dos dados documentais, com poucas observações rápidas” (Canabrava, 1944a: 14). Em sua tese de 1942, a historiadora apresenta uma noção de documento em que a descoberta dos mesmos serviria para esclarecer fatos históricos, aproximando-se da operação historiográfica engendrada por Capistrano de Abreu.

Somos de parecer, que pela ausência de qualquer referência à licença de 1587, e tendo em vista a permissão especial do vice-rei do Perú, de 1592, é duvidosa a existência de permissões reais anteriores a 1602; contudo, este problema continua aberto, à espera de novos documentos que possam trazer luzes mais esclarecedoras sobre o assunto (Canabrava, 1944: 50).

Além da aproximação entre Capistrano e Varnhagen, Alice Canabrava também demarca suas diferenças e, principalmente, as contribuições metodológicas e historiográficas do historiador cearense. Para ela, o principal diferencial de Capistrano de Abreu em relação ao Visconde de Porto Seguro diz respeito ao contato do primeiro com as nascentes ciências sociais, em especial a sociologia.

Mas, diferentemente de Varnhagen que, tendo passado a maior parte de sua vida no exterior, tinha sua mente voltada

quase que de exclusivo para as fontes primárias, Capistrano de Abreu, nunca deixando sua pátria, manifesta curiosidade incansável com referência às correntes do pensamento europeu, no campo das ciências sociais, em plena efervescência no meado do século (Canabrava, 1971: 421).

A mesma posição se mantém no Seminário do IEB. Para Alice Canabrava, Capistrano em “[...] sua preocupação pelos fatos é um continuador da escola empírica, e se enquadra entre os positivistas, mas, contrariamente a Varnhagen, e, desapegado do rígido esquema dos últimos, procurou assimilar os conceitos das outras ciências do homem que se desenvolviam em seu tempo” (Canabrava, 1972: 7). A concepção de positivismo de Alice Canabrava não possui caráter pejorativo, apenas denota a filiação de Capistrano à Comte e Spencer. Em sua polêmica com Silvio Romero, Capistrano mobilizou uma gama de conhecimentos oriundos das ciências sociais (Turin, 2005). “A antropologia, a arqueologia, a sociologia e a filologia são ferramentas teóricas de que Capistrano se utiliza para dar contornos científicos à questão” (Pereira, 2002: 125).

Em sua conferência de 1974, Alice Canabrava demarca a originalidade da contribuição de Capistrano e o que o distancia de Varnhagen. “Na multiplicidade de autores e de assuntos, não é difícil entrever a convergência, como interesses dominantes, para a Geografia, a Etnologia e, necessariamente, a História, e a vinculação estreita ao pensamento científico alemão” (Canabrava, 2005: 257).

Na Etnologia, as pesquisas de Capistrano de Abreu sobre língua indígena ligaram indissolavelmente seu nome àquela ciência. As línguas o interessam como testemunhos de experiências histórica[s]. Ao voltar-se para o estudo dos idiomas, seguia a tradição dos estudos etnológicos no Brasil, desde os subsídios de Von Martius à contribuição magistral de Von den Steinen e seus discípulos (Canabrava, 2005: 258).

Maria da Glória de Oliveira enxerga no estudo das línguas indígenas empreendido por Capistrano, a concretização do projeto de Von Martius e da proposta de Varnhagen. Como estes povos não deixaram vestígios escritos, a forma de acessar seus modos de vida se dá através da etnografia e do estudo de sua língua. Por isso, Capistrano dedicou-se intensamente ao estudo das línguas indígenas, como um importante componente de sua história pátria.

Formulada pela primeira vez como etapa necessária do trabalho historiográfico, a investigação da população aborígine brasileira, tal como a propunha Martius, remetia a tarefas específicas que sugeriam um inevitável entrelaçamento entre a prática etnográfica e a escrita da história (Oliveira, 2013: 104).

Contudo, Rodrigo Turin, em sua tese de doutorado, demonstra que em relação à geração de 1870, como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Tobias Barreto e Nina Rodriguez, Capistrano diferenciava-se pelo fato de separar as práticas historiográficas e etnográficas, ao passo que os primeiros aplicavam a etnografia à história.

O que Capistrano visava pode ser resumido a duas tarefas: primeiro, distinguir, através de um ordenamento da gramática, as famílias linguísticas que indicariam e classificariam os grupos; segundo, estabelecer um sistema cultural próprio a essas populações, por meio dos relatos, lendas, crenças. Para a primeira tarefa servia-se dos achados metodológicos de Steinen, o qual repousava na “separação inequívoca entre tribos cognatas, cujas línguas revelariam efetivo parentesco, e tribos afins”. Além disso, buscava palavras primárias (aquelas que se referiam às partes do corpo, por exemplo) para determinar se línguas diferentes estavam vinculadas a um fundo comum. Uma vez realizada essa etapa, o analista teria um corpo linguístico a partir do qual interpretar a cultura (Turin, 2009: 211).

Assim, os estudos etnográficos de Capistrano de Abreu são distintos tanto da tradição do IHGB e do Museu Nacional, quanto de Varnhagen, Martius e da geração de 1870, sendo inéditos no Brasil. A tese de doutorado de Beatriz Protti Christino sobre Capistrano de Abreu e da sul-americanística do período 1890 e 1929, demonstra como, naquele momento, no Brasil, não havia nenhum trabalho que pudesse ser comparado ao do cearense sob a inspiração de Von Den Steinen.

Não é de admirar que, no momento do *rã-txa hu-ni-ku-~i*, fosse uma árdua tarefa garimpar material sobre as línguas Pano nas livrarias do Rio de Janeiro. Os trabalhos que Capistrano de Abreu publicou sobre os Caxinauás não aludem a qualquer autor brasileiro, num silêncio que sinaliza a ausência de produção científica nacional na área (Christino, 2006: 76).

Em seu comentário sobre Capistrano de Abreu de 1971, nos trabalhos do Seminário do IEB e em sua conferência de 1974, Alice Canabrava mobiliza cartas do historiador cearense para comentar sua obra.

A correspondência de Capistrano de Abreu nos permite acompanhar o preparo e a elaboração dessas obras, os caminhos de sua familiarização com os principais estudos dos autores alemães que se haviam ocupado do índio brasileiro: Hans Staden e Schmidel, testemunhos do século XVI, Martius, “ponto de partida das explorações etnológicas do nosso país” e, sobretudo, os grandes etnólogos alemães de seu tempo, que no século XIX haviam desenvolvido o tratamento científico do índio brasileiro: Von den Steinen, Ehrenreich. Leu H. Meyer em sua pesquisa sobre difusão cultural, consultou numerosos vocabulários e obras de caráter mais amplo correlacionadas com a lingüística (Canabrava, 2005: 259).

Estes autores foram apresentados à Alice Canabrava no curso de Plínio Ayrosa na cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani.

Os trabalhos [...] de Paul Ehrenreich, de Von Den Steinen [...] e de inúmeros outros, excelentes, tem todos os característicos de blocos basilares que se podem juntar, sobrepor, amoldar uns aos outros, como os de [...] Capistrano de Abreu, [...] etc., evidenciam qualidade de peças de acabamento, pormenores que se exigem somente numa estrutura já constituída (Ayrosa, 1937: 135).

A historiadora tomou contato com autores como Hans Staden e Hermann Meyer possivelmente através da própria obra de Capistrano de Abreu, uma vez que em seu trabalho sobre as bandeiras, ela comenta “Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil” e também elenca este livro em sua bibliografia do artigo de 1938 sobre a região de Piracicaba (Canabrava; Mendes, 1938: 326). No comentário do livro, Alice Canabrava aponta para o fato de que Capistrano trouxe um novo documento intitulado “Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento mor Francisco de Mello Palheta no rio da Madeira e suas vertentes, por ordem do senhor João da Maia Gama, do Conselho de sua Magestade e que Deus guarde, governador e capitão general do Estado do Maranhão, cuja viagem e expedição se fez no ano primeiro do seu governo; e se gastou nela desde 11 de Novembro de 1722 até 12 de Setembro de 1723”. “[...] trata-se de um documento descoberto e publicado pela primeira vez pelo Autor, valioso como um dos poucos relatórios sobre bandeiras fluviais” (Canabrava, 1945: 33). Sobre o livro “Ribério Dias e as minas de prata, segundo novos documentos”, ela comenta que Capistrano “[...] restabeleceu a verdade histórica sobre os fatos”, uma vez que os antigos cronistas haviam atribuído a Ribério Dias façanhas que, na verdade, foram realizadas por seu neto (Canabrava, 1945: 34).

Capistrano de Abreu também foi apresentado à Canabrava por Taunay. Este historiador foi orientado em várias ocasiões por seu mestre Capistrano de Abreu.

[...] identificar os elementos destacados por Taunay e confrontá-los com as diretrizes apresentadas por Capistrano de Abreu em seus artigos e nas cartas trocadas entre eles permitiu compreender uma das mais importantes influências da escrita da História de Taunay: a recepção que ele realizou das orientações de Capistrano de Abreu (Anhezini, 2011: 24).

Em seu texto por conta de sua chegada à FFCL/USP para reger a cadeira de História da Civilização Brasileira em 1934, Taunay destaca a importância de Capistrano na historiografia brasileira e na construção de uma história da civilização brasileira em particular.

A primeira manifestação séria, digna de acatamento pela extensão e a valia de suas páginas, reside nos *Capítulos de História Colonial* de Capistrano de Abreu, livro publicado no limiar de nosso século, por ocasião das festas comemorativas da passagem do quarto centenário da aportada cabralina a Porto Seguro. A luz das ideias e teorias modernas, estudou o grande sabedor os fenômenos do crescimento brasileiro, atribuímos, como acima lembramos, exato valor aos fatos da conquista e da apropriação do hinterland (Taunay, 1937: 123).

Nenhum dos trabalhos sobre Capistrano de Abreu que consultamos, fazem menção ao viajante-naturalista Ulrich Schmidel (Gontijo, 2013; Oliveira, 2006; Pereira, 2002; Oliveira, J. 2011; Sousa, 2012). Alice Canabrava conhecia este relato de viagem do século XVI, pois em sua tese de 1942 mobiliza-o com o fito de extrair um exemplo de como o inverno na região do estuário do Prata era rigoroso (Canabrava, 1944: 44).

Como se nota, Alice Canabrava, em sua palestra de 1974, tratou dos interesses do historiador cearense, como a geografia e a etnologia. Por fim, a autora apresenta a história e sua vinculação com o pensamento científico alemão. A partir dos referenciais teóricos presentes em seu “Capítulos de História Colonial” e em sua correspondência, ela demonstra a maneira pela qual Capistrano se apropriou de autores da velha e nova Escola Histórica de Economia da Alemanha.

Ao acercar-se de autores como Roscher, Hildebrand e Schmoller, Capistrano de Abreu abordava os trabalhos da *velha* e da *nova* Escola Histórica de Economia da Alemanha, as quais tiveram grande importância para o desenvolvimento da História Econômica, sobretudo a segunda. Sob o ângulo

formal, pertencem à História da Economia Política, mas sua contribuição revelou-se fecunda como historiadores da atividade econômica propriamente dita, principalmente sob a liderança de G. Schmoller (Canabrava, 2005: 260).

Segundo Roscher, a pesquisa da atividade econômica não deveria ficar circunscrita somente ao presente, mas deveria remontar-se também ao passado. Seu método ficou conhecido por histórico-fisiológico, exatamente pelo fato de remontar-se ao passado e também porque sua teoria do desenvolvimento apresenta uma concepção por fases. Bruno Hildebrand foi o primeiro a formular uma teoria do desenvolvimento por etapas. A primeira diz respeito às trocas; a segunda etapa é das trocas monetárias e a última, da economia de crédito.

Acompanhando a linha interpretativa de Hildebrand, procurou uma nova síntese sobre a economia da área açucareira nordestina, com apoio de novos dados empíricos, os da sua experiência, iluminada pelos dados que lhe proporcionava o texto. O conceito de *naturalismo econômico* alicerçava-se na permuta de gênero contra gênero, ou no empréstimo de gêneros; as transações interoceânicas, à base da moeda, representavam a contrapartida. Os dois comportamentos significavam as duas faces a caracterizar a economia da área dos engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro (Canabrava, 2005: 260-261).

Gustav Schmoller concedeu toda atenção ao método histórico, no sentido de realizar minuciosa pesquisa documental e não se apegar a leis gerais. Por isso, frequentou os arquivos e publicou fontes para a história econômica. Segundo Canabrava, é o autor da Escola que Capistrano mais admirava. Contudo, o mais citado por ele foi Karl Bücher, que formulou uma teoria dos estágios de desenvolvimento onde abarcou toda a história econômica da Europa central e ocidental desde a Antiguidade até os tempos modernos.

Bücher forneceu à Capistrano a inspiração para pensar a economia doméstica, principalmente a partir da caracterização da economia de *oikos* da Antiguidade. "Em 1910, a analogia se configurou na economia da Casa-grande no Nordeste do país" (Canabrava, 2005: 262). Para ele, as missões jesuíticas também apresentaram as mesmas características de uma economia doméstica. Não à toa, Capistrano recomendou a Afonso Taunay e

Paulo Prado a leitura de Bücher para que os dois historiadores pudessem compreender a economia paulistana dos primeiros séculos.

A vinculação de Capistrano de Abreu com a economia não tem recebido a devida atenção dos estudiosos de sua obra. Roscher, Hildebrand, Knies e Bücher não foram citados por nenhum dos historiadores/historiadoras por nós pesquisados em suas teses e dissertações. Schmoller foi citado rapidamente e uma única vez por Rebeca Gontijo (2013: 240). Contudo, essa autora não analisa o papel da economia em sua escrita da história. Alice Canabrava adquiriu os subsídios necessários para o conhecimento destes economistas alemães quando já estava na FCEA/USP, uma vez que nenhum destes autores foram apresentados a ela durante sua graduação em Geografia e História (1935-1937).

Em 1974, mais uma vez ela demarca a importância da superação de uma história político-administrativa e o fulcro do historiador cearense para uma história social e dos costumes (Canabrava, 2005: 263). No entanto, a historiadora não isenta Capistrano de críticas.

Seria um pouco difícil reconhecer em Capistrano de Abreu o domínio de muitos conceitos que, ao seu tempo, as ciências sociais já haviam refinado. Faltou-lhe, por esta razão, muitas vezes, uma problemática consistente, de modo a conferir a seu pensamento uma diretriz fundamental de interpretação para dar aos elementos de análise a argamassa da unidade teórica. Aflorou, sem dúvida, grandes problemas, inspirado nos postulados das outras ciências do homem, sem conseguir desvendar-lhes a substância íntima da temática de base (Canabrava, 1971: 422).

Alice Canabrava afirma que Capistrano de Abreu não operou com o conceito de classe social, presente em autores como Schmoller e Bücher (Canabrava, 1971: 422-423; Canabrava, 2005: 264). Outro conceito não mobilizado por Capistrano e que, segundo Alice Canabrava, seria muito útil em sua análise é o mercantilismo. Em seu quarto capítulo dos "Capítulos de História Colonial", Capistrano explicou o fato de cidadãos de outra nacionalidade não poderem colocar os pés no Brasil, por meio de um princípio. Contudo,

Que princípio?, arguimos. O conceito de mercantilismo como política de unidade econômica já se conhecia em Schmoller desde 1884 (*Das Merkantilssystem...*) e anteriormente em Cunningham (*The growth of english industry and commerce*,

1882) como expressão da luta pelo poder econômico para alcançar objetivos políticos (Canabrava, 1971: 423).

Considerações finais

As análises de Alice Canabrava sobre autores como Martius, Varnhagen e Capistrano de Abreu se aproximam das propostas que, posteriormente, estariam presentes no campo da história da historiografia brasileira, como no caso da exposição de Manoel Luiz Salgado Guimarães sobre Von Martius e de Temístocles Cezar sobre Francisco Adolfo de Varnhagen. Assim, as análises da autora são pioneiras, uma vez que superam o método de análise da história da historiografia brasileira dos anos 1970, marcado pela vinculação das obras aos seus contextos ideológicos de produção, como em José Roberto do Amaral Lapa, Nilo Odália e Carlos Guilherme Motta (Guimarães, 2005).

Quanto a Capistrano de Abreu, Alice Canabrava também via “dois Capistranos”. Porém, sua maior contribuição quanto à análise da obra do historiador cearense se deu no âmbito da economia. Esta mesma ciência que também lhe serviu de substrato para a análise da obra de Antonil (Canabrava, 1967) e que tomou contato, principalmente, após seu ingresso na FCEA/USP. Assim, as análises historiográficas de Alice Canabrava trazem em seu bojo seu período formativo entre 1935 e 1937, mas também os novos conhecimentos adquiridos em ciência econômica na FCEA/USP.

Referências bibliográficas

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)*. São Paulo: UNESP, 2011.

AYROSA, Plínio. Orientação Geral dos Cursos. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935, 1937*.

BITTENCOURT, Feijó. O COMÉRCIO BRASILEIRO NO RIO DA PRATA – 1580-1640) – por Alice P. Canabrava. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 186, 1945.

BRAUDEL, Fernand. Du potosi à Buenos Aires: Une route clandestine de l'argent. Fin du XVIe, début du XVIIe siècle. *Annales. Économie, Sociétés, Civilisations*. Paris, n. 4, 1948.

CANABRAVA, Alice Piffer; MENDES, Maria Teixeira. A Região de Piracicaba. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, vol. 45, 1938.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Boletim XXXV da cadeira de História da Civilização Americana, n. 2, FFCL/USP, 1944.

_____. Ensaio Bibliográfico sobre as Bandeiras. *Boletim Bibliográfico*. São Paulo, Biblioteca Municipal de São Paulo, vol. V, 1944a.

_____. Ensaio Bibliográfico sobre as Bandeiras. *Boletim Bibliográfico*. São Paulo, Biblioteca Municipal de São Paulo, v. VIII, 1945.

_____. João Antonio Andreoni e sua obra. In: ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Revista de História*. São Paulo, n. 88, 1971.

_____. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In: CANABRAVA, Alice Piffer; HOLANDA, Sérgio Buarque de; LUZ, Nícia Vilela. *Anais Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

_____. Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu. (1980) In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. 1ª edição. São Paulo: Hucitec; UNESP/ABPHE, 2005.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 11, 1999.

_____. Thevet e Léry: visão, crença e história no Brasil do século XVI. *Ciências e Letras*. Porto Alegre, n. 37, 2005.

_____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 2007.

_____. Varnhagen entre os antigos, os modernos e os "selvagens": estudo introdutório de "A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios". In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (orgs.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

CHRISTINO, Beatriz Protti. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-~i em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*. 2006. 242 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral) – DL/FFLCH/USP, São Paulo, 2006.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. 2019. 369 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Industrie et commerce Antillais. Sur le sucre des Antilles. *Annales. Économie, Sociétés, Civilisations*. Paris, n. 4, 1948.

GONTIJO, Rebeca. *O Velho vaqueano*. 1º edição. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Grande jornada a vapor": um segredo do visconde de Porto Seguro? In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (orgas.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2000.

_____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. 1º edição. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Mundo novo, mesmo mundo*. Viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2011.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. 1º edição em livro (coleção Capistrano de Abreu). Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

OLIVEIRA, Josiane Roza de. *Um historiador em formação: os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu (1875-1882)*. 2011. 309 f. Tese (Pós-Graduação em História das Ciências e Saúde Pública) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2006. 183 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano: a História do Brasil a grandes traços e largas malhas*. 2002. 194 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2002.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Capistrano de Abreu: História Pátria, Cientificismo e Cultura – A construção da História e do Historiador*. 2012. 309 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, FioCruz, Rio de Janeiro, 2012.

TAUNAY, Afonso E. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935*, 1937.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. 2005. 203 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – IFCH/UFGRS, Porto Alegre, 2005.

_____. *Tempos Cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. 2009. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu: a fase cientificista. In: WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. 2º edição. Rio de Janeiro: Ed. UGF, 2001.